

FGV: Contingente das classes A e B continuará caindo nos próximos meses

(Fernanda Nunes)

Rio, 08 de abril de 2009 A crise econômica tende a atingir ainda mais, nos próximos meses, as classes A e B, com renda familiar mensal a partir de R\$ 4.807,00, segundo estudo divulgado hoje pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os dados da última semana de fevereiro, que indicam o futuro imediato da economia, apontam para uma redução do número de pessoas que, atualmente, compõem as classes A e B. Apesar de se intitular um otimista, o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri, ressalta para a exposição dos setores industrial e financeiro e dos profissionais mais qualificados à crise internacional.

Em contrapartida, medidas de governo podem evitar que o contingente da classe média, com renda de R\$ 1.115,00 a R\$ 4.807,00, se estabilize e que as classes D (de R\$ 804,00 a R\$ 1.115,00) e E (de até R\$ 804,00) parem de crescer. "O Brasil tem um conjunto de craques para lidar com essa situação. Tem instrumento de política econômica e social. Tem fundamentos macroeconômicos sólidos. Tem instrumentos de política social, como o Bolsa-família. Tem o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que está sendo implementado. Mas é preciso dar agilidade a esses instrumentos, porque a crise já chegou e afetou o brasileiro comum", afirma Neri.

O economista da FGV defende que o governo federal aumente momentaneamente a verba liberada via Bolsa-família. "O pobre, além de precisar mais do dinheiro, vai gastá-lo. É preciso fazer a roda da economia girar. O Brasil tem instrumentos de política pública. O segredo, agora, vai ser usar bem esses instrumentos com a velocidade necessária", disse.

Em fevereiro, último mês da série histórica analisada, a crise não teve tanto impacto sobre o comportamento das classes econômicas quanto no mês anterior. Janeiro é considerado um marco no aprofundamento da crise, quando todos os grupos sociais passaram a sofrer os prejuízos da mesma e ganhos

acumulados em cinco anos começaram a ser revertidos. "A desigualdade brasileira, uma das nossas marcas, que vinha caindo nos últimos anos e ajudando nesse processo de ascensão social dos brasileiros, a partir de janeiro foi estabilizada, com uma leve tendência de alta."

Se, de fevereiro de 2003 a setembro de 2008, o contingente de pessoas que formam as classes A e B cresceu 35%, o maior avanço entre as classes econômicas, de dezembro a janeiro, o mesmo grupo regrediu 2,7%, fechando o período de setembro a fevereiro com recuo de 3,8%. Ainda assim, as perdas não foram suficientes para anular o crescimento acumulado. O avanço do topo da pirâmide social foi de 39,7%, no período de fevereiro de 2004 a fevereiro deste ano, o que levou Neri a classificar o período como brilhante. Ele, contudo, ressalta para a necessidade de atuação do governo para impedir que a crise definitivamente interrompa um ciclo de reversão da desigualdade social no Brasil.

Em janeiro, a situação econômica deixou de ser um problema exclusivo dos mais ricos, contaminados pelas dificuldades por que passavam a indústria e o setor financeiro. Naquele mês, a classe média, que chegou a crescer 1,2% de setembro a dezembro, foi reduzida em 2,2%. Em contrapartida, as classes D e E, que até então estavam sendo reduzidas, cresceram 3% e 6,7%, respectivamente. O saldo desde o início da crise, em setembro, até fevereiro, é de um retrocesso da classe média de 0,9% e um avanço das classes D, de 1,1%, e E, de 5,1%.

Ainda assim, houve uma melhora no poder de compra dos brasileiros nas grandes metrópoles, nos últimos cinco anos, até fevereiro deste ano. Pessoas foram deslocadas da base para o topo da distribuição de renda, com ganhos de 39,7% para as classes A e B e de 25% para a classe média. A participação das classes D e E, no mesmo período, recuou 18,2% e 38,4%, respectivamente. "Houve uma perda importante na renda do brasileiro em janeiro. Mas, se olharmos em cinco anos, incluindo janeiro, o retrato brasileiro é belíssimo, de ganho social muito forte", destacou Neri.